

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária - 17/02/2017 – 9-11 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

Membros PRESENTES	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zamprônio (S)
AFOCAPI / COPLACANA	Ricardo Dias Pacheco (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
CATI	Denis Herisson da Silva (T)
DAE S/A Jundiá	Maria Carolina H. D. Simões (T)
IAC - APTA	Isabella Clerici de Maria (T)
IZ – APTA	João José A. de A. Demarchi (S)
FJPO – Santa Genebra	Laís Santos de Assis (T) - Repr. por Cristiano Krepsky
PM de Limeira	Dirceu Brasil Vieira (T)
Rotary Club São Pedro	José F. Campos Ricardo (S)
SMA / CBRN	Natália Gomes F. Branco (S)
SR de Rio Claro	João Primo Baraldi (T)
Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa (S)

Membros Ausentes COM justificativa	
Entidade	Representante
PUC–Campinas	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
CETESB	Denise Dedini (T)
INEVAT	Cláudia Grabher (S)
SANASA	Natália F. Colasanti Perlette (S)

Membros Ausentes SEM justificativa	
Entidade	Representante
CETESB	Maurício Magossi (S)
CIESP - SBO	Jerry Willians de Moraes (S)
Coop. HOLAMBRA	Fernando Ruitter (S)
IAC - APTA	Rinaldo de Oliveira Calheiros (T)
PM de Atibaia	Marcos Roberto Albertini (S)
SR de Mogi Mirim	Enéas Rodrigues (S)
SR de Itu	Alexandra M. Vetroni Martins (T)

Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Leonardo L. Baumgratz Maria Eugênia Martins Kátia R. Gotardi Piccin Marina Peres Barbosa Bruna Juliani, Kaique Duarte Barreto
PM de Limeira	Meire Bassan Raquel Schimdt
CATI	André Barreto
PM de Itupeva	Márcia Sunagawa Oku

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pauta: A convocação da reunião e a pauta foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica no dia 10 de fevereiro de 2017. **2. Abertura da 9ª Reunião do GT Mananciais:** João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador da CT Rural e Henrique Bellinaso (SAA/CATI), coordenador adjunto da CT RN deram início à 9ª Reunião do GT Mananciais às 09:30. Agradeceram a presença de todos e concederam a palavra ao Prof. Dr. João Demarchi (APTA/IZ), secretário do GT-Mananciais e da CT-RN, hoje relator e apresentador da política no GT Mananciais. **3. Secretaria - Informes Gerais (item 2 da pauta):** João Demarchi, em expediente da CT-RN, solicitou aos interessados no curso de Gerenciamento de Recursos Hídricos e pediu a manifestação de interessados, aproveitando o ensejo para informar que fez atualização do calendário de reuniões ordinárias de 2017 do GT Mananciais, como também comunicou o envio dos seguintes documentos: Portaria CATI 07 de 27/01/2017, Decreto 8.972 de 23/05/2017, Resolução SMA nº 7 de 18/01/2017, Notícia FAPESP sobre Projeto BIOTA que embasaram norma para restauração ambiental em SP, inquérito civil aberto pelo MP para apurar venda de fazenda do IF em Tupi, calendário de aprovação e encaminhamentos para aprovação das alterações na Política em plenária dos Comitês de Bacias PCJ em 31/03/2017 e retirada dos e-mails da iX Estudos e Projetos (gerenciadora da Agência PCJ) do mailing do GT por solicitação dos mesmos. Com a palavra, João Baraldi informou que a CT-Rural já fez a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAS

Ata da 9ª Reunião Ordinária - 17/02/2017 – 9-11 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

sua indicação: Elano Marçal Torquato. **4. Item 2 da pauta - Apresentação das alterações propostas na Política de Recuperação, Conservação e Proteção dos Mananciais para comentários e aprovação em plenária do GT:** João Demarchi, antes de iniciar a apresentação, alertou a todos que a pauta da reunião é restrita ao programa I da política de recuperação e proteção de mananciais no âmbito dos Comitês PCJ sendo que a maior parte está relacionada aos procedimentos para elaboração dos PIPs. A minuta vem substituir a política atual, com maior detalhamento e sem grandes alterações no tocante aos objetivos e fundamentos. Informou ainda que as sugestões de alterações foram realizadas ao longo das reuniões anteriores do GT-Mananciais, dando a oportunidade para que os membros sugerissem ou contribuíssem para a evolução da minuta. Contribuíram de forma antecipada a Dra. Luiza (PUCC), o Sr. Nelson Barbosa (Terceira Via), o Sr. A. Zampronio (AESABESP), a Dra. Isabella (IAC/APTA/SAA), a Sra. Natalia Colasanti Perlette (SANASA), o Dr. Henrique (CATI/SAA), o Sr. Cristiano Krespky (Mata Santa Genebra/FJPO), o Sr. João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), o Sr. Fernando Ruiter (Cooperativas de Holambra), o Sr. Petrus (Cooperativas de Holambra), a Sra. Kátia Gotardi (Agência PCJ), a Sra. Cláudia Grabher, a Sra. Natália Branco e o Sr. Denis (CATI/SAA). Durante a apresentação, com a palavra, Geraldo Eysink (HC2/Holambra) sugeriu que as lagoas marginais e áreas úmidas devam ser mais bem especificadas no escopo da política. Após a aprovação da pertinência do tema pelos presentes, João Demarchi informou que a informação seria incluída prontamente em toda a política. Petrus Weel (Coop. Holambra) destacou a importância da inclusão da UGP na Política e citou o Programa Nascentes de Holambra. A seguir a palavra foi concedida a Katia Gotardi (Agência PCJ) que explicou o fluxograma do projeto dentro das entidades citadas na política. Nelson Barbosa (Terceira Via) crê que o PIP (Projeto Individual de Propriedade) ficou muito extenso e pesado e que isso geraria um custo muito elevado para realização do projeto. Henrique Bellinaso informou que o objetivo do PIP é ser um projeto executivo, com todas as informações

sobre materiais e custos necessários para que seja executado o projeto. A palavra foi concedida ao Denis Silva (SAA/CATI), que informou que a complexidade não está no PIP, mas na propriedade, pois algumas com problemas simples ou ausentes de conservação gerarão um PIP simples, outras com diversos e complexos problemas ambientais vão gerar uma demanda por um projeto maior. João Demarchi disse que foi desmitificado, dentro das reuniões do GT e em workshops recentes (TR-Florestal), que o simples plantio de mata ciliar não gera produção de água ou o mesmo o envolvimento do produtor, já que o processo de regeneração é longo e difícil, sendo de resultado muito mais rápido o manejo conservacionista de solos e as boas práticas agropecuárias, resultando em imediata infiltração, retenção e regularização do fluxo hídrico na bacia ("produção de água"). Ainda com a palavra defendeu que o produtor deve adotar boas técnicas agropecuárias, incluindo a conservação de solos, que além de gerar produção quali-quantitativa de água, vai gerar renda, despertando o interesse e o envolvimento do produtor também para a preservação ambiental. Com a palavra, Prof. Dr. Dirceu Brasil (Pref. Limeira) indagou sobre a parte do PIP referente às informações complementares: disse que não é imprescindível para realização do projeto e que perguntas sobre uso de agrotóxicos pode assustar o produtor ou no mínimo gerar um desconforto desnecessário. Katia explicou que tais informações complementares eram para subsidiar o Programa LUISA de tal forma que se aproveitaria a elaboração do PIP para abastecer o Sistema de Informações da Agência PCJ. Durante a apresentação da minuta, as alterações foram incluídas conforme as proposições dos participantes e foi apresentado um anexo explicativo passo-a-passo para o preenchimento das tabelas e quadros do PIP de modo a facilitar e aumentar a qualidade do trabalho efetuado pela contratada, além de corresponder às informações necessárias para viabilidade da execução do serviço. Considerações finais: João Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador do GT-Mananciais e da CT-Rural e Henrique Bellinaso (SAA/CATI), coordenador adjunto do GT-Mananciais e da CT-RN solicitaram a aprovação da minuta da política. Não houve qualquer

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
GRUPO DE TRABALHO – GT-MANANCIAIS

Ata da 9ª Reunião Ordinária - 17/02/2017 – 9-11 h
INSTITUTO DE ZOOTECNIA – Nova Odessa - SP

manifestação contrária ou abstenção, sendo aprovada pelos presentes. **5. Encerramento:** Os coordenadores encerraram a reunião e agradeceram o empenho do GT-Mananciais e demais presentes. A reunião foi encerrada às 11:00. Eu Denis Herisson da Silva secretário da CT-Rural com a permissão de João Demarchi, secretário do GT-Mananciais e da CT-RN, digitei a presente ata que será submetida à apreciação de todos os membros e aprovação na reunião seguinte.

João Primo Baraldi
Coordenador do GT-Mananciais - CT-RURAL

Henrique Bellinaso

Coordenador Adjunto do GT-Mananciais - CT-RN

João José Assunção de Abreu Demarchi
Secretário GT-Mananciais - CT-RN

Denis Herrison da Silva
Secretário substituto GT-Mananciais - CT-Rural